

**FLÁVIA RITA**   
www.flaviarita.com

 @PROFESSORAFLAVIARITA

 @PROFESSORAFLAVIARITA

 /PROFESSORAFLAVIARITA

 @PROFAFLAVIARITA

**CONTEÚDO**  
CORREÇÃO DE PROVA



**TRE - ANALISTA JUDICIÁRIO**

**PORTUGUÊS**

PROFESSORA: FLÁVIA RITA



# Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro

**FLÁVIA RITA**   
[www.flaviarita.com](http://www.flaviarita.com)

CONHECIMENTOS GERAIS (P1)

Texto para responder às questões de **01, 02, 03, 04, 05 e 06.**

**Estado e interesses coletivos**

[...] como é necessário haver uma palavra para designar o grupo especial de funcionários encarregados de representar essa autoridade, conviremos em reservar para esse uso a palavra Estado. Sem dúvida é muito frequente chamar-se de Estado não o órgão governamental, mas a sociedade política em seu conjunto, o povo governado e seu governo juntos, e nós mesmos empregamos a palavra nesse sentido. Assim, fala-se em Estados europeus, diz-se que a França é um Estado. Porém, como é bom que haja termos especiais para realidades tão diferentes quanto a sociedade e um de seus órgãos, chamaremos mais especialmente de Estado os agentes da autoridade soberana, e de sociedade política o grupo complexo de que o Estado é o órgão eminente. [...]

Eis o que define o Estado. É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade. Não é correto dizer que o Estado encarna a consciência coletiva, pois esta o transborda por todos os lados. É em grande parte difusa; a cada instante há uma infinidade de sentimentos sociais, de estados sociais de todo o tipo de que o Estado só percebe o eco enfraquecido. Ele só é a sede de uma consciência especial, restrita, porém mais elevada, mais clara, que tem de si mesma um sentimento mais vivo. [...] Podemos então dizer em resumo; o Estado é um órgão especial encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade. Essas representações distinguem-se das outras representações coletivas por seu maior grau de consciência e de reflexão. [...]

(DURKHEIM, Émile. *Lições de sociologia*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 67-71.)

**01**

**De acordo com as ideias e aspectos linguísticos trazidos ao texto “Estado e interesses coletivos”, pode-se afirmar que:**

- A) A questão nominal referente à representação da autoridade impõe-se limitadora para os interesses coletivos e os do próprio Estado.
- B) O Estado, conjunto da sociedade política, é assim denominado em várias situações de modo que não há forma diferente para uso de tal nominalização.
- C) Representações que valem para a coletividade provêm dela para o Estado que, como um filtro social e exercendo suas funções, as devolve para a sociedade de forma lapidada.
- D) No primeiro período do texto transcrito, é possível observar indicação da necessidade, de característica comunicacional, de nominalização para determinado conceito.

**02**

**“É um grupo de funcionários *sui generis*, no seio do qual se elaboram representações e volições que envolvem a coletividade, embora não sejam obra da coletividade.” (2º§) Acerca da estrutura linguística e conexões estabelecidas no interior do trecho destacado anteriormente, analise as afirmativas a seguir.**

- I. O período em análise é constituído por: uma oração principal à qual estão subordinadas três orações, duas adverbiais e uma substantiva.
- II. A oração adverbial é introduzida por uma conjunção que estabelece uma relação em que se apresenta uma informação vista como fato real.
- III. O termo “*que*” exerce função sintática equivalente à função exercida por “*o Estado*” em “... *o Estado encarna a consciência coletiva,...*”

**Pode-se afirmar que:**

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Apenas duas das afirmativas estão erradas.
- C) Apenas duas das afirmativas estão corretas.
- D) Apenas a afirmativa III está totalmente correta.

03

Considere o segmento “[...] o Estado só percebe o eco enfraquecido.” (2º§). Pode-se afirmar que a partir do recurso de linguagem utilizado pelo enunciador na escolha da palavra “Estado”, identifica-se

- A) o estabelecimento de uma comparação entre “Estado” e “governantes”.
- B) o emprego de uma palavra redundante objetivando reforçar a ideia expressa.
- C) uma transferência de percepções resultando em uma fusão de impressões sensoriais.
- D) a evocação de um termo em lugar de uma palavra, com a qual se acha relacionada não sendo sinônimos.

04

Leia e analise as sugestões de alteração a seguir e assinale como alternativa correta aquela em que a correção e a coerência do texto seriam preservadas.

- A) A expressão “por todos os lados”, empregada no 2º§, incide sobre a forma verbal “transborda” indicando uma relação consecutiva.
- B) No trecho “de Estado os agentes da autoridade soberana” (1º§), o acréscimo da preposição “a” antecedendo e unindo-se ao termo “os” manteria a correção do trecho.
- C) As relações de sentido estabelecidas pelo uso de “assim” e “porém”, no 1º§, seriam mantidas caso tais termos fossem substituídos, respectivamente, por “por conseguinte” e “ainda assim”.
- D) Em “É um grupo de funcionários sui generis” (2º§), a forma verbal pode ser alterada para sua forma no plural havendo intenção enunciativa de fazer prevalecer a importância do sujeito sobre a do predicativo.

05

“Assim, fala-se em Estados europeus, diz-se que a França é um Estado. Porém, como é bom que haja termos especiais para realidades tão diferentes quanto a sociedade e um de seus órgãos, chamaremos mais especialmente de Estado os agentes da autoridade soberana, e de sociedade política o grupo complexo de que o Estado é o órgão eminente.[...]” (1º§) Considerando o trecho destacado anteriormente, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- ( ) O segmento “haja termos especiais” exemplifica a impessoalidade da oração devido à forma verbal utilizada.
- ( ) A impessoalidade das formas verbais “fala-se” e “diz-se” caracteriza as orações, das quais fazem parte, como orações desprovidas de sujeito.
- ( ) Apesar de não apresentar pistas desinenciais para indicação do sujeito, a forma verbal “chamaremos” permite que o sujeito seja recuperado no contexto.
- ( ) É possível verificar que a omissão da identidade do sujeito em “fala-se em Estados europeus, diz-se que a França” tem como razão discursiva o gênero de texto apresentado e sua estrutura.

A sequência está correta em

- A) V, F, F, V.
- B) F, V, F, F.
- C) V, V, F, V.
- D) F, F, V, F.

Texto para responder às questões 06 e 07.

#### Estado e liberdade

Depois que nos livrarmos do preconceito de que tudo o que faz o Estado e a sua burocracia é errado, malfeito e contrário à liberdade, e de que tudo o que é feito pelos indivíduos particulares é eficiente e sinônimo de liberdade – poderemos enfrentar adequadamente o verdadeiro problema. Reduzido a uma só frase, o problema consiste em que, em nosso mundo moderno, tudo é político, o Estado está em toda parte e a responsabilidade política acha-se entrelaçada em toda a estrutura da sociedade. A liberdade consiste não em negar essa interpenetração, mas em definir seus usos legítimos em todas as esferas, demarcando limites e decidindo qual deve ser o caminho da penetração, e, em última análise, em salvaguardar a responsabilidade pública e a participação de todos no controle das decisões.

(MANNHEIM, Karl. *Liberdade, poder e planificação democrática*. São Paulo: Mestre Jou, 1972. p. 66.)

06

Considerando os textos “Estado e interesses coletivos” e “Estado e liberdade”, pode-se afirmar que o conceito e ideias relacionados a Estado

- A) são equivalentes em sua totalidade.
- B) apresentam-se como complementares.
- C) distinguem-se em aspectos particulares.
- D) do primeiro texto justificam-se no segundo.

07

Acerca das relações estabelecidas entre termos regentes e termos regidos, assinale a afirmativa cuja expressão indica correção.

- A) No trecho “em todas as esferas”, a substituição de “em” por “a” acarretaria a inserção do sinal indicativo de crase no “a”.
- B) O sinal indicativo de crase em “Reduzido a uma só frase” é facultativo pelo fato de que após o “a” segue-se o artigo indefinido “uma”.
- C) Desconsiderando alterações semânticas, a substituição de “Reduzido a uma só frase” por “Reduzindo à frase” exemplifica o fenômeno da crase por motivo sintático.
- D) No trecho “malfeito e contrário à liberdade”, o sinal indicativo de crase no “a” apresenta-se como fenômeno diacrônico consolidado, como pode ser visto em “contra-ataque” em que se verifica contração de duas letras vogais em contato.

Texto para responder às questões 08 e 09.

Uma matéria da Folha de São Paulo, publicada em 19/06 no caderno de Ciência, trouxe ao leitor a seguinte manchete: “Bandos de babuínos tomam decisões democraticamente”.

Imediatamente, pus-me a pensar em como os tais primatas tomavam decisões levando em consideração o direito à igualdade e à liberdade de expressão, sem deixar de lado os direitos fundamentais das minorias que devem, necessariamente, ser contempladas em suas demandas nos regimes democráticos. [...] Tratava-se apenas de um estudo a respeito de como se dão os deslocamentos destes símios, aparentemente, decididos por consenso do grupo.

[...] A análise do sentido etimológico das palavras costuma ser um bom pontapé inicial: democracia tem origem no idioma grego e significa poder (cratos) do povo (demos). A democracia moderna surge com as Revoluções Burguesas (ou Liberais, conforme o gosto do freguês esteja mais à direita ou à esquerda), como uma contestação ao poder absoluto monárquico, resumida na assertiva que passou a constar de todas as cartas de direitos produzidas a partir de então: todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

Pois bem. Para o poder emanar do povo, há que se considerar duas premissas: que todos aqueles que compõem o povo sejam livres e iguais. Devem ser livres para agir e se manifestar, sempre respeitando a liberdade do outro, o qual, sendo igual, terá igual liberdade e igual valor na arena de debate público. Não há mais reis e súditos, mas sim cidadãos iguais perante a lei.

Para que esta igualdade se materialize (daí a se falar em igualdade material), é imprescindível considerar as diferenças individuais existentes entre as pessoas para que se possa juridicamente tratá-las como cidadãos. Por isso a igualdade democrática deve ser isonômica, o que significa tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Em outras palavras, o conjunto de deveres e direitos jurídicos previstos em um Estado democrático precisa levar em conta as diferenças para que estas não se transformem em desigualdades, fazendo ruir a estrutura democrática.

Deste raciocínio se conclui que democracia é uma forma de exercício de poder que se orienta pelos valores da liberdade e da igualdade. Desta forma, o agir em sociedade somente será democrático quando orientado no sentido de garantir que a igualdade e a liberdade de todos sejam efetivadas na prática. [...]

(Maira Zapater. Disponível em: <http://justificando.cartacapital.com.br/2015/06/26/democracia-nao-e-vontade-da-maioria/>.)

08

Acerca das ideias expressas no texto, pode-se afirmar que:

- A) Prerrogativas para que, efetivamente, o poder proceda do povo fazem-se necessárias; quais sejam: liberdade e igualdade.
- B) A igualdade entre concidadãos torna-se relativa em uma democracia já que há necessidade de que as diferenças sejam manifestas e resguardadas.
- C) O fator “igualdade material” deve ser visto como fundamental para o cumprimento e exercício do verdadeiro sentido da palavra “democracia”, buscando-se uma sociedade homogênea.
- D) As minorias, em um estado democrático de direito, requerem que haja uma modalidade de atenção específica a elas que se sobreponha aos demais segmentos sociais, para que diferenças sejam respeitadas.

09

Dentre as afirmativas a seguir acerca das estruturas linguísticas do texto, assinale a correta.

- A) No 2º§, a forma verbal “*Tratava-se*” poderia ser substituída por “*Tratando-se*” tendo em vista a relação temporal expressa no enunciado.
- B) A expressão “*pois bem*”, no 4º parágrafo, poderia ser substituída por “*assim*” eliminando-se o ponto a seguir e substituindo-o por uma vírgula.
- C) Em “*todo poder emana do povo*”, a separação por vírgulas da expressão “*emana do povo*” teria por objetivo lhe atribuir maior ênfase e não prejudicaria a correção gramatical do texto.
- D) A coesão e coerência textuais seriam preservadas caso a locução conjuntiva que inicia o quinto parágrafo fosse antecedida – devidamente separada por vírgulas – pela expressão “*quanto mais*”.

10

Em situação específica de uso da correspondência oficial, foi requerido ao funcionário encarregado de tal trabalho de preencher o endereçamento da mesma. A seguir, apresenta-se o resultado para tal solicitação (de caráter hipotético):

A Sua Excelência o Senhor

Fulano de Tal

Juiz de Direito da 10a Vara Cível

Rua XXI, nº 1000

37.373737 – Rio de Janeiro. RJ

**Pode-se afirmar que:**

- I. Há um crasso erro gramatical na omissão do sinal indicativo de crase diante do vocativo utilizado.
- II. O emprego do pronome de tratamento indica que o destinatário pode tratar-se de autoridade do Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário.
- III. Apesar da correspondência destinar-se à autoridade tratada como Vossa Excelência, faculta-se o uso do vocativo Senhor, seguido do cargo respectivo.

**Está(ão) correta(s) apenas a(s) afirmativa(s)**

- A) I.
- B) II.
- C) I e III.
- D) II e III.

FLÁVIA RITA  
www.flaviarita.com



Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro / Analista

|      |      |      |      |      |      |      |      |      |       |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|
| 1. D | 2. C | 3. D | 4. C | 5. A | 6. C | 7. C | 8. A | 9. B | 10. B |
|------|------|------|------|------|------|------|------|------|-------|